

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**

EZEQUIELA ZANCO SCAPINI

**A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS: estudo de uma Incubadora Tecnológica
de Cooperativas Populares**

**Porto Alegre
2012**

EZEQUIELA ZANCO SCAPINI

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS: estudo de uma Incubadora Tecnológica de
Cooperativas Populares

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado
sob a orientação da Prof. Dra. Cinara Lerrer
Rosenfield para obtenção do título de
bacharel em Ciências Sociais na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre
2012

EZEQUIELA ZANCO SCAPINI

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE MERCADOS: estudo de uma Incubadora Tecnológica de
Cooperativas Populares

Trabalho de Conclusão de Curso, elaborado
sob a orientação da Prof. Dra. Cinara Lerrer
Rosenfield para obtenção do título de
bacharel em Ciências Sociais na
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

APROVADA: Porto Alegre, 20 de dezembro de 2012

Prof. Dra. Marilis Lemos de Almeida
(UFRGS)

Ms. Élen Schneider
(UFRGS)

Prof. Dra. Cinara Lerrer Rosenfield
Orientadora (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles sem os quais este trabalho não seria possível.

Primeiramente à equipe da Tecnosociais, pela abertura, pelo acolhimento e pela disponibilidade em participar desta pesquisa e mostrar o quão importante são as suas ações para o desenvolvimento de uma outra economia.

À Professora Cinara Lerrer Rosenfield pela oportunidade em ser orientada tanto na bolsa de iniciação científica quanto no trabalho de conclusão de curso, me mostrando os caminhos e desafios da produção científica.

Aos meus pais e ao meu irmão pela compreensão e por sempre me lembrar do papel de uma Universidade.

Ao Levante Popular da Juventude pelo incontável apoio e por compreender as minhas ausências.

Ao José Guilherme Rizzo por estar ao meu lado me incentivando na realização deste trabalho.

RESUMO

A presente pesquisa visa investigar com quais atores uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCPs) realizam suas ações voltadas para a construção de empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, a pesquisa toma como referência a Nova Sociologia Econômica (NSE), a qual concebe a economia como imersa (*embedded*) nas relações sociais, que se estruturam por meio de redes sociais (GRANOVETTER, 2009). Ainda, para o objeto de estudo citado, observa-se que a imersão possui, como forma de ação econômica, a imersão política no mercado (ZUKIN; DIMAGGIO, 2009). Para mostrarmos a construção social de mercados, a pesquisa teve como objeto a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (ITCP/UNISINOS) ou como também é chamada, Tecnosociais. Os procedimentos metodológicos utilizados foram de cunho qualitativo, a partir de estudo de caso. Foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas, as quais tiveram apoio de roteiro e sendo integralmente transcritas, com o coordenador, o assessor acadêmico, o técnico e o estagiário em e analisadas através de análise temática de análise de conteúdo (MINAYO, 1993). Conclui-se, portanto, que para a construção de empreendimentos econômicos solidários as ações realizadas se dão, na sua maioria, com atores que estabelecem relação de proximidade com a incubadora e os empreendimentos incubados.

Palavras-chaves: construção social de mercados, imersão política, redes sociais, incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

ABSTRACT

This research aims to investigate which actors Technological Incubator of Popular Cooperatives (ITCPs) perform their actions for the construction of solidary economic enterprises. Therefore, the research takes as reference the New Economic Sociology (NSE), which sees the economy as embedded in social relations, which are structured through social networks (GRANOVETTER, 2009). Still, for the object of particular study, it was observed that immersion has, as a form of economic action, embeddedness in the political market (ZUKIN; DIMAGGIO, 2009). To show the social construction of markets had as its object the Technological Incubator of Popular Cooperatives of Universidade do Vale do Rio dos Sinos (ITCP / UNISINOS) or as it is also called, Tecnosociais. The methodological procedures used were qualitative, based on case study. There were four semi-structured interviews, which were supported by script and being fully transcribed, with the coordinator, academic advisor, coach and the trainee in and analyzed using thematic analysis of content analysis (MINAYO, 1993). We conclude, therefore, that to build solidary economic enterprises are given the actions taken, mostly with actors that establish close relationship with the incubator and incubated enterprises.

Keywords: social construction of markets, embeddedness political, social networks, technology incubators of popular cooperatives.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 – Relação entre a ação e o ator	11
Quadro 2 – Comparação entre a Sociologia Econômica e a Economia	16
Figura 1 – Organização da Economia Solidária no Brasil	29
Quadro 3 – Temas de formação e capacitação	35
Quadro 4 – Ações e relações com os atores voltadas para a geração de renda	42
Quadro 5 – Ações e relações com os atores voltadas para a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção e para a viabilidade autogestão	43
Quadro 6 – Ações e relações com os atores voltadas para a participação em redes	44
Quadro 7 – Ações e relações com os atores voltadas para a mobilização política	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACCMV	Movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EES	Empreendimento Econômico Solidário
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
IHU	Instituto Humanistas UNISINOS
ITCPs	Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NSE	Nova Sociologia Econômica
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
PRONINC	Programa Nacional de Incubadoras
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 O QUE SÃO MERCADOS?	15
2.1 O mercado para a Economia Neoclássica e para a Sociologia Econômica	15
2.2 Da origem da Sociologia Econômica à Nova Sociologia Econômica	16
3 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES	26
3.1 A Economia Solidária	26
3.2 O panorama da incubação solidária no Brasil	30
3.3 Tecnosociais	32
3.3.1 Ações e relações com os atores	39
4 CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A – Entidades integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)	51
APÊNDICE B – Lista de Universidades com Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares	52
APÊNDICE C – Empreendimentos econômicos incubados pela Tecnosociais	54

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa investigar com quais atores uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)¹ realizam suas ações voltadas para a construção de empreendimentos econômicos solidários. Para tanto, a pesquisa toma como referência a Nova Sociologia Econômica (NSE), a qual concebe a economia como imersa (*embedded*) nas relações sociais, que se estruturam por meio de redes sociais (GRANOVETTER, 2009). Ainda, para o objeto de estudo citado, observa-se que a imersão possui, como forma de ação econômica, a imersão política no mercado (ZUKIN; DIMAGGIO, 2009), como veremos no decorrer do estudo.

As discussões em torno do conceito de mercado e sua relação com a sociedade não são recentes, nem exclusividade da Sociologia. A análise sobre o mercado tinha relação mais estreita com a teoria econômica do que com a Sociologia. A primeira concebe o mercado como um ponto de equilíbrio entre oferta e demanda e os indivíduos são tomados de forma atomizada, isto é, a teoria não concebe a existência de relações sociais no mercado e nem que esse possa ser uma estrutura social.

A Sociologia Econômica, mais especificadamente a Nova Sociologia Econômica, considera que não há um mercado único e soberano, mas sim mercados, os quais são estruturas sociais passíveis de serem construídas, portanto, os mercados são vistos como construções sociais. Granovetter (2009) afirma que a construção social dos mercados não ocorre apenas em sociedades primitivas, como afirmava Karl Polanyi (1980), mas também em sociedades modernas, já que nestas também a economia está imersa (*embedded*) nas relações sociais. Vale ressaltar que os mercados são vistos como produtos históricos, sendo inseparáveis de seu contexto social.

Ainda, a novidade da Nova Sociologia Econômica está em explicar a imersão (*embeddedness*) a partir do funcionamento de redes sociais (WILKINSON, 2002), ou seja, a construção social de mercados ocorre a partir da sua estruturação nessas redes sociais, nas quais o tipo de rede social está correlacionado com o funcionamento do mercado.

Portanto, para mostrarmos a construção social de mercados, a pesquisa teve como objeto a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (ITCP/UNISINOS) ou como também é chamada, Tecnosociais. A incubadora foi escolhida para pesquisa por manter constante contato com os empreendimentos incubados,

¹ Ressalta-se que ao longo do estudo serão utilizados os termos “incubadoras”, “incubadoras populares” e “ITCP”, todos se referindo a incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.

fato que possibilita o aprofundamento dos objetivos propostos na pesquisa. A atividade das ITCPs consiste em incubar empreendimentos econômicos solidários, os quais caracterizam-se, além de gerar renda aos seus associados,

na propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, na autogestão e na participação em redes. Outras modalidades de empreendimentos solidários, como os clubes de troca de bens ou saberes ou bancos comunitários, por exemplo, nem sempre exigem uma base material coletiva para a produção, mas o espírito da economia solidária, de gestão associada e articulação em redes, permanece. Em todos eles, destaca-se a vocação para a ação externa ao grupo de empreendedores solidários, num caráter de realização concreta e mobilização política em torno do projeto de sociedade que se quer construir (NUNES, 2009, p. 21).

As ITCPs, além de estruturar o empreendimento econômico solidário tornando-o viável economicamente, constroem-no sob os princípios da Economia Solidária², portanto, seu objetivo é disponibilizar o conhecimento acadêmico às cooperativas populares, contribuindo para a formação e consolidação de iniciativas econômicas autogestionárias, viáveis economicamente e geridas solidariamente (ITCP/COPPE/UFRJ, 1998).

Para Gaiger (2003), os princípios da Economia Solidária se distinguem da racionalidade capitalista e os empreendimentos econômicos solidários expressam a germinação de formas de economia alternativa (que são distintas da lógica mercantil capitalista) e, ao mesmo tempo, de alternativas econômicas, pois esses empreendimentos são viáveis e capazes de assegurar sua reprodução social. Porém, segundo o autor, as formas de economia alternativa se materializam com maior ou menor intensidade de acordo com as condições objetivas, ou seja, “seu êxito depende, ademais, não apenas do cenário em que atualmente se encontram, mas do investimento que neles se fizer” (GAIGER, 2003, p. 136).

Desde a década de 1980 e com mais impulso na década de 1990, diversas organizações da sociedade civil passam a atuar no campo da Economia Solidária, pois percebem nesse campo uma forma de enfrentamento ideológico frente ao modelo capitalista (PAULI, 2005). Ainda, na medida em que a Economia Solidária vai se enraizando, vão sendo criadas um crescente número de políticas públicas de origem municipal, estadual e federal (NUNES, 2009), que emergem da mobilização política da sociedade civil organizada em movimentos sociais, sindicatos, etc. e que não necessariamente suprem as carências de investimento na ES como um todo.

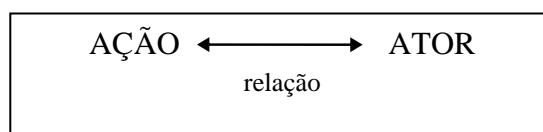
² Ressalta-se que o objetivo deste trabalho não é explorar as inúmeras conceituações acerca da Economia Solidária, portanto, não sendo realizada revisão bibliográfica entorno do conceito. Assim, toma-se como definição da Economia Solidária suas características básicas: solidariedade, autogestão, repartição de ganhos e cooperação (SINGER, 2002).

É possível observar que a construção social do mercado, neste caso, ocorre por meio da imersão política no mercado (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990), isto é, “the manner in which economic institutions and decisions are shaped by a struggle for power that involves economic actors and nonmarket institutions, particularly the state and social classes”³ (ZUKIN; DIMAGGIO, 1990, p. 20). O conceito abarca, portanto, as assimetrias de poder entre atores e ou entre atores e instituições, mostrando o tipo de relação estabelecida entre estes e permitindo verificar como as ações econômicas sofrem a influência de atores diversos. Aqui relembra-se, como visto acima, a novidade da NSE que está em explicar a imersão social (*embeddedness*) a partir do funcionamento de redes sociais (WILKINSON, 2002), as quais permitem verificar a interação entre os atores.

A partir do exposto, afirma-se que as ITCPs ao incubarem os empreendimentos econômicos solidários precisam construir um mercado permeado pela imersão política, já que necessariamente precisam construir outra lógica de relações mercantis, baseadas nos princípios de Economia Solidária, a qual, como citado anteriormente, é vista como alternativa frente à lógica capitalista hegemônica. Diante disso, questiona-se com que atores a ITCP realiza suas ações voltadas para a construção dos empreendimentos econômicos solidários, visando à imersão política no mercado? Por construção dos empreendimentos econômicos solidários parte-se da conceituação de NUNES (2009), citada acima, na qual a autora define quais itens classificam um empreendimento econômico solidário. Portanto, em resumo, temos: geração de renda, propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, autogestão, participação em redes e mobilização política.

As ações são tomadas aqui como as atividades realizadas pela incubadora e que são voltadas para a construção dos empreendimentos econômicos solidários incubados. A hipótese é de que a ITCP realiza suas ações juntamente com os atores presentes na rede, ou seja, para determinada ação teremos determinado (s) ator (es). Desse modo, a imersão nas redes sociais interfere no tipo de relação que se terá com o ator, conforme o quadro abaixo:

Quadro 1 – Relação entre a ação e o ator



³ A maneira pela qual as instituições econômicas e as decisões são moldadas por uma luta pelo poder que envolve agentes econômicos e instituições não-mercado, em particular o Estado e as classes sociais (tradução livre).

Levando, em consideração que de algum modo a incubadora terá relação com os atores presente na rede, não basta apenas a visualização de quais sejam esses atores, mas também seu tipo de relação. Assim, estabelece-se a seguinte classificação de relações possíveis entre a incubadora e os atores: proximidade, distanciamento, neutralidade e reivindicação. Para a descrição dos tipos de relações elaborados, é válido lembrar que, como exposto acima, a construção social do mercado ocorre através da imersão política, justamente porque busca construir uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária. Assim, temos: a relação de proximidade, na qual a incubadora e o ator terão o mesmo objetivo dentro da rede, ou seja, construção de uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária; a relação de distanciamento justamente se contrapõe à anterior, pois o ator não possui o mesmo objetivo de construção de uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária. Na relação de neutralidade não está explícito ou não está em questão por parte do ator a construção de uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária e, por fim, a relação de reivindicação ocorre tanto por parte da incubadora quanto pelos atores que estabelecem proximidade com ela em relação à outro ator.

Para a elucidação do problema de pesquisa foram levantados os possíveis atores presentes na rede social na qual a incubadora faz parte, classificando-os em cinco grupos: Economia Solidária, terceiro setor, empresas privadas, Estado/governo e a UNISINOS. No primeiro grupo são englobados fóruns, redes, incubadoras e outras organizações no âmbito da Economia Solidária. No terceiro setor fazem parte ong's, movimentos sociais, associações, sindicatos, em suma, organizações da sociedade civil. Aqui se considera a viabilidade da junção do primeiro e do segundo grupo na classificação, pois as organizações da Economia Solidária também podem ser classificadas como pertencentes ao terceiro setor. Mas, por outro lado, não seria possível o aprofundamento de tal questão. Nas empresas privadas engloba-se as empresas cujo objetivo principal é voltado para o lucro. No Estado/governo estão presentes órgãos públicos, secretarias etc., tanto de âmbito municipal, quanto estadual e federal. Por fim, na UNISINOS estão presentes os cursos de graduação e pós-graduação e projetos ligados à Universidade.

Portanto, o objetivo principal da pesquisa é investigar quais ações são utilizadas pela incubadora voltadas para a imersão política no mercado, bem como qual o tipo de relação com os atores presentes na rede. Além disso, como objetivos específicos buscam-se descrever a estrutura de funcionamento da Tecnosociais e descrever a metodologia de incubação.

Para isso os procedimentos metodológicos utilizados foram de cunho qualitativo, a partir de estudo de caso. Foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas, as quais tiveram apoio de roteiro e sendo integralmente transcritas, com o coordenador, o assessor acadêmico, o técnico e o estagiário em Engenharia Ambiental (totalizando a equipe da Tecnosociais). O coordenador já atuava anteriormente na incubadora como técnico e, atualmente, sua função consiste em representar a ITCP e também realizar o acompanhamento sistemático dos EES. Tendo formação como assistente social, seu papel também é de mediador das relações sociais nos empreendimentos. O assessor acadêmico, que já atuou como técnico da Tecnosociais, é professor da UNISINOS e cumpre quatro horas semanais na incubadora, fazendo a articulação com outros espaços da Universidade, especialmente com o Instituto Humanitas. Ainda contribui na reflexão sobre a prática da incubadora e sobre as ações realizadas com o EES, porém não os acompanhando sistematicamente. O técnico do programa já havia feito estágio na incubadora por dois anos enquanto estudante do curso de administração da Unisinos. Sua função consiste em cumprir vinte horas semanais de atividades administrativas da ITCP e vinte horas semanais no acompanhamento dos empreendimentos econômicos incubados, especificadamente em questões ligadas à contabilidade dos EES, portanto, sendo responsável por acompanhá-los semanalmente. Por fim, o estagiário em Engenharia Ambiental é estudante da UNISINOS e entrou na equipe da incubadora no segundo semestre de 2012, sendo o membro mais novo da ITCP e tendo uma carga horária de seis horas semanais. Sua função consiste em acompanhar questões de meio ambiente, saúde e segurança nos EES (demandas técnicas de produção) e atuar também na gestão interna da incubadora. Também foi realizada a coleta de dados secundários através do *Informativo Tecnosociais* (edição nº 1 a nº 17), veículo de comunicação da incubadora.

Na análise das entrevistas foi utilizada a técnica de análise de conteúdo através de análise temática que, segundo Minayo (1993), consiste em descobrir os núcleos de sentido cuja presença ou frequência evidencia algo para o objeto analítico visado.

Assim, este trabalho é dividido em dois capítulos principais. O primeiro caracteriza-se pelo tratamento de questões teóricas acerca da construção social de mercados. Num primeiro momento encontraremos a diferenciação do conceito de mercado para a Economia Clássica e para a Sociologia Econômica. Após, é feito um apanhado teórico-histórico, no qual é possível visualizar a origem da Sociologia Econômica através dos autores clássicos da Sociologia (Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx) e sua guinada para a Nova Sociologia Econômica. Por fim busca-se elucidar a relação das redes sociais com a análise da inserção econômica nas relações sociais. O segundo capítulo versa sobre o objeto empírico de

pesquisa, abordando pequeno histórico do ressurgimento da Economia Solidária e o panorama da incubação solidária no Brasil. Por fim, é feita a demonstração e análise dos dados empíricos da pesquisa.

2 O que são mercados?

Como já exposto, as análises em torno do conceito de mercados não são recentes, nem exclusividade da Sociologia. O capítulo que se segue busca versar sobre a interdisciplinaridade do conceito, mostrando diferenças e aproximações, e a necessidade de se ter criado uma nova área dentro da Sociologia, a Sociologia Econômica.

2.1 O mercado para a Economia Neoclássica e para a Sociologia Econômica

Tanto a Economia quanto a Sociologia Econômica se debruçam sobre os fenômenos econômicos tendo-os por objeto. Porém, há diferenças explícitas entre ambas, especialmente no que se refere à abordagem e à metodologia⁴ (ABRAMOVAY et al, 2006). O conceito de mercado, assim, também sofre definição diferenciada entre os dois campos do conhecimento: para a Economia o mercado é visto como um todo abstrato de equilíbrio; enquanto que, para a Sociologia Econômica, o mercado é tido como construção social, sendo visto não no singular, mas no plural, mercados.

Aprofundando a diferenciação, para a economia o mercado é único e fundamenta-se no comportamento maximizador do *homo oeconomicus*, o qual age de forma independente e atomizada, não havendo qualquer relação entre os indivíduos, portanto, também não havendo interferências morais, religiosas ou legais. Para Granovetter (2009, p.36), na economia clássica e na neoclássica há a rejeição de “todo impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo” e a atomização social é vista como pré-requisito para que haja a concorrência perfeita entre os indivíduos.

A Sociologia Econômica, por sua vez, mostra que, além dos mercados serem vistos como construções sociais, esses também são produtos históricos, sendo inseparáveis as relações sociais de seu contexto. Em suma,

O estudo dos mercados como estruturas sociais enraíza os interesses dos indivíduos nas relações que mantêm uns com os outros e não supõe um maximizador abstrato, isolado, por um lado, e a economia, por outro, como resultado mecânico da interação social (ABRAMOVAY, 2006, p. 36).

Portanto, a Sociologia Econômica se atém na investigação dos fenômenos econômicos, analisando-os através da construção social das relações de mercado bem como da origem

⁴ “Enquanto na Economia domina a análise abstrata formal, na Sociologia a abordagem histórica, empírica e o método indutivo são aplicados de maneira generalizada” (ABRAMOVAY et al, 2006).

social histórica do mercado. “Um dos temas de interesse de pesquisas na sociologia econômica atualmente é a construção social do mercado, concebido de forma ampla” (JOSEMIN, 2011, p. 45) e “pode ser definida de modo conciso como a aplicação de ideias, conceitos e métodos sociológicos aos fenômenos econômicos – mercados, empresas, lojas, sindicatos, e assim por diante” (SWEDBERG, 2004, p. 7).

Abaixo segue quadro explicativo sobre as diferenças entre as duas áreas:

Quadro 2 – Comparação entre a Sociologia Econômica e a Economia

	PRESSUPOSTOS DA SOCIOLOGIA ECONÔMICA	PRESSUPOSTOS DA ECONOMIA⁵
1. Conceito de ator	O ator está relacionado com outros atores e integra grupos e a sociedade em geral.	Não há relação entre atores, conceito de indivíduo (interesse se concentra no indivíduo isolado, ao qual são imputadas motivações utilitaristas).
2. Ação econômica	Consideram que as práticas dos atores são produto de um conjunto de causas, tais como os valores sociais, a tradição, entre outras. São usados diferentes tipos de ações econômicas, e a racionalidade um delas.	Todas as ações humanas são assumidas como racionais. A racionalidade é uma assunção.
3. Constrangimentos da atividade econômica	As ações econômicas são condicionadas pela raridade dos recursos, pela estrutura social e por estruturas de significado.	As ações econômicas são condicionadas pela raridade dos recursos, inclusive os tecnológicos.
4. Relação da economia com a sociedade	Economia é apenas um subsistema que integra e é influenciado pelo sistema social.	As referências básicas são o mercado e a economia. Os parâmetros sociais são vistos com estáveis, ou seja, a sociedade está “fora”.
5. Objetivos de análise	Descrição e explicação dos fenômenos e raramente predição.	Predição e explicação dos fenômenos e raramente descrevê-los.
6. Método de análise	Utilizam vários métodos, incluindo o comparativo e o histórico. Os dados são frequentemente produzidos pelo investigador.	Métodos formais, especialmente a produção de modelos matemáticos. São frequentemente usados os dados disponíveis, particularmente os dados oficiais.

FONTE: Carvalheiro (2010)

2.2 Da origem da Sociologia Econômica à Nova Sociologia Econômica

A Sociologia Econômica surge no final do século XIX, contrapondo-se a hegemonia da teoria econômica marginalista⁶. Teóricos como Durkheim, Weber, Simmel e Veblen,

⁵ Economia neoclássica.

⁶ A teoria marginalista concebe o equilíbrio no mercado através da oferta e da demanda.

denunciavam os pressupostos teóricos e metodológicos da teoria marginalista, a qual se estruturava a partir do distanciamento e da independência do meio social (RAUD-MATTEDI, 2005). Para fins desta pesquisa, versaremos acerca das contribuições dos clássicos da Sociologia: Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, com os quais é possível ver uma primeira ruptura com o pensamento econômico marginalista, em relação ao conceito de mercado. Ainda nos dois primeiros temos os primeiros passos para a institucionalização da Sociologia Econômica, enquanto que Karl Marx, apesar de estar excluído desta institucionalização da Sociologia Econômica, discorre sobre o estudo do fenômeno mercado e não sobre o mercado em si, mas também trazendo contribuições importantes para a análise de mercados, como veremos adiante.

É válido ressaltar que para Durkheim

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKHEIM, 2007, p.13).

Assim, apesar do autor não definir de fato o conceito de mercado, ele considera esse como uma instituição, ou seja, um fato social, o que para Steiner (2006), a abordagem institucional, é a característica da sociologia econômica durkheimiana, a qual tem a propriedade de se ater as questões relativas à produção, a troca e a distribuição da riqueza.

Ainda em relação à Sociologia Econômica, Steiner (2006) afirma que para Durkheim ela deveria substituir a Economia. Para Durkheim, os economistas partem suas análises de pré-noções, ou seja, “conceitos econômicos que não foram definidos cientificamente, mas que fazem parte do senso comum” (RAUD-MATTEDI, 2005, p. 128) e tem como objeto de estudo as consequências do comportamento egoísta racional não levando em consideração o meio social e histórico, nos quais o comportamento egoísta está inserido. Portanto, Durkheim e os durkheimianos afirmam que o mercado só pode ser explicado a partir das instituições e das representações sociais, isto é, a partir dos comportamentos egoístas relacionados às normas sociais e, portanto, somente a sociologia econômica conseguiria tal feito.

Em sua análise, Durkheim vê a sociedade moderna como uma sociedade de mercado, que assenta sobre o contrato: “a cada instante e não raro inesperadamente, sucede-nos contrair esses vínculos, seja ao comprarmos, seja ao vendermos [...]. A maioria das nossas relações com outrem são de natureza contratual” (DURKHEIM, 1975, p. 201). Em *Da divisão do trabalho social* (2010), Durkheim já se indaga sobre como nas sociedades modernas, nas quais a divisão do trabalho é crescente e cada vez mais organizada na forma da instituição

mercado, poderia haver o sentimento de solidariedade, reconhecendo que uma sociedade alicerçada apenas sobre a noção de eficiência econômica não conteria a legitimação moral necessária para a integração social. Na resposta para a sua indagação, Honneth (2008) afirma que Durkheim identifica que “a solidariedade necessária para integrar também as sociedades modernas não deverá fluir de fontes da tradição moral ou religiosa, mas da realidade econômica” (HONNETH, 2008, p. 61). Por isso, Durkheim via a relação mercantil como fator de coesão social e identificava o papel socializador de tal relação, na medida em que obriga as pessoas a se relacionarem no mercado, visando à troca de produtos necessários para a sobrevivência. É válido ressaltar que o autor não considera as relações mercantis como egoístas, dado que as pessoas não agiriam de forma individualista, mas sim cooperariam de forma harmoniosa graças ao contrato estabelecido e estruturado por regras formais e informais. Aqui se ressalta o contraponto com os economistas liberais, pois quando o ator econômico respeita as regras sociais elaboradas coletivamente e estabelecidas de forma contratual, ele insere-se numa relação social, contrariando a noção de mercado como atomização social.

Max Weber, diferentemente de Émile Durkheim, não concebe a Sociologia Econômica como substituta da Economia e sim como complementar. Para ele, na procura por bens escassos os agentes precisam levar em consideração a ação e o sentido da ação atribuída por outros agentes econômicos. Tal afirmação faz com que a teoria weberiana, com a sua concepção de ação, coloque a sociologia econômica de forma a complementar a teoria econômica marginalista.

Weber afirma que, para a compreensão de fenômenos econômicos, é necessário combinar em uma mesma análise o interesse e a estrutura social. A tentativa de combinar ambos ocorre através da integração entre a ideia do comportamento movido pelo interesse e a ideia de comportamento social⁷ (SWEDBERG, 2005). Os interesses são de dois tipos: os interesses ideais (status, nacionalismo, orgulho étnico benefícios religiosos) e os interesses materiais, que são os mais importantes para a análise econômica.

Em suma, Josemin afirma que para Weber

A sociologia econômica enfoca a ação social econômica – isto é, a ação movida principalmente pelos interesses materiais, que é voltada para a utilidade e leva outros agentes em conta. A ação social e a ação social econômica também podem ser

⁷ É válido ressaltar que, para Weber, a tradição e as emoções, assim como os interesses, também impulsionam o comportamento do indivíduo.

movidas pelo hábito (ou tradição) e pelas emoções, combinadas com os interesses (JOSEMIN, 2011, p. 43).

Em relação ao mercado, Weber o define de forma mais clara do que Durkheim, trazendo a dimensão política para o fenômeno econômico, o qual é visto pela noção de luta e, como conseqüência, pela noção de poder. Para ele, o mercado resulta da troca, forma de interação social que ocorre tanto entre parceiros quanto entre concorrentes, e da competição, forma de interação social que se origina nas lutas de interesse dos indivíduos no mercado, portanto ocorrendo entre cliente e vendedor e entre concorrentes. Assim, é aqui que a noção de luta se revela, quando interesses opostos entram em conflito na busca pela estimativa do cálculo, estabelecido na forma de preços em dinheiro, os quais expressam as relações de poder presentes no mercado (WEBER, 1997). O papel da interação social troca serviria para equilibrar a competição, na medida em que estabeleceria uma retribuição recíproca entre os indivíduos.

É válido ressaltar que para o autor, o comportamento econômico racional que, em suma, é o comportamento dos atores em busca de satisfazer as suas necessidades, está na base da civilização moderna, sendo, portanto, uma construção social específica de tal época, já que ele considera que o “motivo fundamental da economia moderna como um todo é o ‘racionalismo econômico’” (WEBER, 2004, p. 67).

Em síntese, para Weber a relação mercantil é uma relação social justamente porque os atores, quando estabelecem as relações de troca e de competição, necessitam considerar as ações dos demais atores envolvidos, o que os leva também a considerar o contexto social e político, já que a noção de poder está presente na instituição mercado.

Por fim, para a análise de mercados, dentre os clássicos, temos a contribuição de Karl Max. Em sua obra *O capital* (2008), o foco está voltado mais para as relações mercantis estabelecidas no mercado e a natureza social da produção das mercadorias, do que no mercado propriamente, como veremos em seguida.

A análise de Marx centra-se no modo de produção capitalista, o qual possui as seguintes características:

Duas são as características que distinguem, desde o primeiro instante, o regime capitalista de produção.

Primeira. Esse regime cria seus produtos com o caráter de mercadorias. Mas o fato de produzir mercadorias não o distingue de outros sistemas de produção; o que distingue é a circunstância de que, nele, o fato de seus produtos serem mercadorias constitui seu caráter predominante e determinante (MARX, 1980, p. 76)

A *segunda* característica específica do regime capitalista de produção é a produção de mais-valia como finalidade direta e móvel determinante da produção (MARX 1980, p. 78).

No sistema capitalista os produtos do trabalho humano são considerados mercadorias, as quais possuem o valor de uso, voltado para satisfazer as necessidades humanas e valor de troca, que possibilita que as mercadorias sejam direta e quantitativamente comparadas e tal valor realiza através da troca por moeda⁸. Os produtos só possuem valor de troca em sociedades que o modo de produção é caracterizado pela produção de mercadorias.

Porém, para que a produção de mercadorias se efetive é necessário que a sociedade tenha um mercado muito desenvolvido, onde as mercadorias possam ser trocados livremente pela mercadoria moeda. Ressalta-se que os produtos do trabalho humano só se transformam em mercadorias quando produzidos necessariamente para serem trocados por dinheiro no mercado⁹. Ainda, na produção de mercadorias “a atividade produtiva de uma pessoa não tem qualquer ligação direta com o seu consumo; ambos devem ser mediados pela troca e pelo mercado” (HUNT, 2005, p.3).

Em síntese, para Marx (2008), uma sociedade dominada pelo valor de troca, ou seja, uma sociedade caracterizada pela produção de mercadorias deveria ter alto grau de especialização, separação do valor de uso do valor de troca e um mercado desenvolvido, no qual se tem o uso universal da moeda como mediador das trocas.

Além de o mercado ser a instituição das trocas de mercadoria, esse ainda media as relações sociais mercantis. Marx (2008) afirma que os economistas burgueses viam as trocas de mercadoria de forma a não visualizarem as relações sociais existentes “por trás” delas.

Marx (1998) desconsidera tal teoria afirmando que na sociedade capitalista temos as relações sociais entre burguesia (detentora dos meios de produção de produção) e proletariado (detentor da força de trabalho). O que nos interessa aqui é mostrar como a mercadoria permeia as relações sociais entre ambos, fato que ocorre quando o proletário vende sua força

⁸ É válido ressaltar que a troca monetária se diferencia da troca pelo escambo. Na primeira, o dinheiro é visto como uma mercadoria especial, um meio de guardar riqueza e o seu uso universal como equivalente de troca se diferencia da economia da troca pelo escambo.

⁹ Observa-se a diferença entre preço e valor: “o valor é o tempo de trabalho que em média a sociedade gasta para produzir uma mercadoria qualquer. Essa média é feita pela concorrência: aquele que produz em menos tempo consegue vender a um preço (que é a expressão em dinheiro do valor) menor do que aquele que produz em mais tempo. Desse mecanismo resulta um preço médio do mercado que corresponde, em dinheiro, à média do tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria” (LESSA; TONET, p. 65, 2006). Portanto, o elemento comum de todas as mercadorias e que possibilita a comparação quantitativa entre elas é o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias.

de trabalho¹⁰ no mercado. Portanto, a produtividade humana também é vista como uma mercadoria e só se efetiva como mercadoria, ou seja, o proletário só vende sua força de trabalho quando é separado dos meios de produção e do produto produzido. O burguês, por sua vez, detém tanto os meios de produção quanto a mercadoria produzida pelo proletariado e ambos para Chauí (2001) “não percebem que a mercadoria, por ser produto do trabalho, exprime relações sociais determinadas” (CHAUÍ, 2001, p. 54).

Quando o proletário é separado dos meios de produção e do produto produzido temos o que Marx (2008) conceituou de alienação do trabalho, que é quando o produtor não se reconhece no produto de seu trabalho realizado, justamente, como nos explica Chauí (2001)

porque as condições desse trabalho, suas finalidades reais e seu valor não dependem do próprio trabalhador, mas do proprietário das condições do trabalho. Como se não bastasse, o fato de que o produtor não se reconheça no seu próprio produto, não o veja como resultado de seu trabalho, faz com que o produto surja como um poder separado do produtor e como um poder que o domina e ameaça (CHAUÍ, 2001, p.54).

Em resumo, mesmo Marx não fazendo uma análise de mercados, esse nos mostra as suas ações, ou seja, como descrito, as relações sociais mercantis e a natureza social da produção de mercadorias. Assim, em sua teoria as relações sociais, quando mediadas pelo mercado, serão sempre e de forma necessária alienantes, já que como nos explica Abramovay (2004)

A essência dos mercados é que eles só permitem que os indivíduos se relacionem uns com os outros – se reconheçam – por meio de coisas e submetidos a um mecanismo que não depende de sua vontade consciente e de suas intenções: pior, os mercados, para Marx, são o domínio em que a esfera pública da vida social só se manifesta sob a forma dos interesses estritamente privados dos portadores das mercadorias (ABRAMOVAY, 2004, p. 46).

O termo “nova Sociologia Econômica” foi cunhado pela primeira vez por Mark Granovetter em uma conferência no ano de 1985 e promulga o enfoque básico da Sociologia Econômica: “os fenômenos econômicos cruciais deveriam ser analisados com a ajuda da sociologia. Os seguintes enfoques parecem especialmente úteis nesse empreendimento: teoria das redes, teoria das organizações e sociologia cultural” (SWEDBERG, 2004, p. 9). A “nova” ou “moderna sociologia” propunha o contraste com a “velha sociologia econômica” dos anos de 1960 e seu ressurgimento é de forma incontestável ligado às pesquisas de Mark Granovetter.

¹⁰ “O trabalho não é senão o uso da força de trabalho, cujo conteúdo consiste nas aptidões físicas e intelectuais do operário. Sendo assim, o salário não paga o valor do trabalho, mas o valor da força de trabalho, cujo uso, no processo produtivo, cria um valor maior do que o contido no salário” (MARX, 1998, p. 37).

Minha abordagem da sociologia econômica apóia-se em duas proposições sociológicas fundamentais: em primeiro lugar, a ação é sempre socialmente localizada e não pode ser explicada, fazendo-se referência, apenas, aos motivos individuais que possam tê-la ensejado; em segundo lugar, as instituições sociais não brotam automaticamente, tomando uma forma incontornável; elas são construídas socialmente (GRANOVETTER apud STEINER, 2006, p. 28).

Para isso, Mark Granovetter não descarta o legado deixado pelas teorias anteriores da Sociologia Econômica, mas sim procura dar continuidade, como em sua reformulação da teoria do “enraizamento” (embeddedness) de Karl Polanyi (1980), na qual o autor funde o conceito com a análise das redes, conforme veremos adiante. Antes, se faz necessário adentrar na sua obra *A grande transformação* (1980) para melhor elucidação.

Em seu estudo, Polanyi distingue os quatro princípios do comportamento econômico:

- a) princípio da domesticidade: consiste em produzir para usufruto próprio ou do grupo pertencente, que é fechado e independe do seu núcleo institucional ou de sua organização interna;
- b) princípio da reciprocidade: é a relação estabelecida entre pessoas através da sequência de dádivas, o que pressupõe a existência da contradádiva. As dádivas não constituem trocas despersonalizadas, já que estão imersas na prestação de realizações sociais;
- c) princípio da redistribuição: nesse princípio a distribuição fica sob responsabilidade de uma autoridade. Assim, tem-se o momento de armazenamento e o momento de distribuição. O modelo pressupõe o centralismo, devido à distribuição estar a cargo de uma autoridade, e a divisão do trabalho entre a autoridade e os representantes da autoridade;
- d) princípio de mercado: caracteriza-se pelo encontro entre oferta e demanda e funciona através da troca, modelo institucional que lhe é próprio. A troca assume a forma de compra e venda, de pagamento em espécie e de escambo.

Os princípios de domesticidade, de reciprocidade e de redistribuição eram encontrados nas sociedades tradicionais ou pré-mercantis, nas quais a economia estava imbricada nas relações sociais, isto é, a economia estava enraizada (*embedded*) nas relações sociais. Enquanto que, nas sociedades modernas, onde há a predominância do princípio de mercado, a atividade econômica não está imbricada nas relações sociais, ela encontra-se isolada e é manifestada através de um mecanismo auto-regulador, ou seja, da troca que cumpre o papel de distribuir os produtos por meio dos preços. É válido ressaltar que antes do século XIX era possível encontrar nos sistemas econômicos os princípios de domesticidade, de reciprocidade

e de redistribuição, até mesmo uma combinação dos três. Os mercados, por sua vez, já existiam, porém não de forma predominante.

Para Polanyi, a emergência da economia de mercado é uma transformação histórica, ou melhor, uma grande transformação na qual temos o deslocamento das relações econômicas das relações sociais. Assim, os seres humanos passam a ser controlados por uma instituição com sistema auto-regulável dirigido pelos preços e que não sofre influência de fatores externos, sendo o símbolo máximo de tal deslocamento a transformação das relações sociais, políticas e ecológicas em mercadoria. Ele ainda enxerga o mercado como um “moinho satânico”, já que sua autonomia e sua auto-regulação conduz a destruição social.

Por fim, concluiu que a economia está enraizada em instituições econômicas e não econômicas, as quais determinam o funcionamento da sociedade, isto é, a forma como a circulação de bens visando à satisfação das necessidades dos seres humanos se estrutura, o que pode ocorrer conforme os três primeiros princípios. Com isso, Karl Polanyi faz mais uma contribuição fundamental à Sociologia Econômica, a de que para entendermos o fundamento da economia de dada sociedade é necessário considerar o processo econômico através do tempo e do lugar.

A partir da rápida exposição já é possível compreendermos a crítica e a contribuição de Mark Granovetter. Em *Ação Econômica e estrutura social: o problema da imersão* (2009), texto decisivo e de referência para a Nova Sociologia Econômica, o autor deixa claro qual o ponto de equívoco da interpretação de Polanyi:

Por muito tempo a visão dominante dos sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores tem sido a de que esse comportamento se encontrava profundamente imerso nas relações sociais em sociedades pré-mercantis mas se tornou muito mais autônomo com o advento da modernização. Essa visão interpreta a economia como uma esfera diferenciada e cada vez mais separada na sociedade moderna, com transações econômicas não mais definidas por obrigações sociais ou de parentesco, mas por cálculos racionais de ganho individual. Por vezes chega a se argumentar que a situação tradicional foi invertida: em vez de a vida econômica estar submersa nas relações sociais, essas relações se tornaram um epifenômeno de mercado. A perspectiva da imersão está associada à escola ‘substantivista’ na Antropologia, representada especialmente por Karl Polanyi (GRANOVETTER, 2009, p. 33).

Para Granovetter (2009), o defeito da teoria de Karl Polanyi consiste em existir uma clivagem entre as sociedades primitivas e as sociedades modernas, isto é, uma clivagem entre sociedades que possuem a economia imersa nas relações sociais e as que não possuem. Em sua pesquisa sobre o mercado de trabalho (GRANOVETTER, 2005) ele demonstra que as

relações sociais intervêm de maneira decisiva em questões que, aparentemente, parecem ser apenas econômicas, mesmo em sociedades modernas.

Em sua reconceituação da imersão (*embeddedness*) da economia nas relações sociais, Granovetter (2009) busca compreender a relação entre a ação econômica e a estrutura social, discordando das visões subsocializada (*undersocialized*) da economia e supersocializada (*oversocialized*) da sociologia tradicional. Na primeira, a ação humana é vista de forma atomizada, ou seja, os atores não sofrem o “o impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo” (GRANOVETTER, 2009, p. 36). Ainda, e como descrito anteriormente, a atomização é vista de forma necessária para a concorrência perfeita entre os atores no mercado, isto é, o fato dos atores terem relações sociais entre si é tido como um obstáculo para os mercados competitivos. A visão supersocializada, por sua vez, tenta solucionar o problema da compreensão da atomização dos atores considerando que os padrões de comportamento são internalizados pelos atores, porém, as relações sociais são vistas de forma periférica no comportamento desses. Entretanto, Granovetter (2009) salienta que existe uma ironia no aparente contraste entre a visão subsocializada e supersocializada, pois ambas possuem a mesma concepção de que as ações são realizadas por atores atomizados, devido ao fato de que as duas visões isolam os atores de seu contexto social.

Ainda, para Granovetter (2009) a imersão ocorre pela inserção dos atores em redes sociais, afirmação que faz com que os mercados sejam vistos como construção social, assim o tipo de rede social está relacionado com determinada forma de funcionamento do mercado.

Para Zukin e DiMaggio (1990) a imersão social no mercado pode se dar de quatro formas: estrutural, cultural, cognitiva e política. Ambas têm como base a noção das relações sociais nas trocas mercantis, a diferença consiste na forma de inserção para que as trocas mercantis ocorram. A imersão estrutural é vista como a mais importante, pois reflete a necessidade de compreender como as estruturas das redes e as qualidades de suas relações afetam a atividade econômica. Nessa imersão se faz necessário relacionar a qualidade dos laços presentes na rede social com a estrutura do laços, ou seja, a posição dos atores na rede, e com a arquitetura da rede. Relacionando esses três elementos é possível visualizar o motivo que tal organização julga como importante para que ocorra a relação com outro ator e a qualidade dessa relação, ou seja, se ela traz benefícios para a organização ou prejuízos. Porém, mesmo a imersão estrutural sendo considerada a mais importante, Zukin e DiMaggio (1990) salientam que ela não deve ser analisada de forma isolada, mas inter-relacionada com as outras formas de imersão. Na imersão cultural, busca-se analisar como as estratégias

econômicas são relacionadas e afetadas por entendimentos coletivos. Os autores ainda ressaltam que a cultura, nas análises por parte dos economistas, é vista como parte das organizações, mas muito pouco como integrante do mercado. A imersão cultural ainda possui grande relação com a imersão cognitiva, a qual aborda as regularidades estruturais dos processos mentais que limitam a ação econômica, ou seja, essas regularidades estruturais não se dão de forma isolada, mas são construídas culturalmente, o que faz com que as duas imersões sejam inter-relacionadas. Por fim, a imersão política revela a luta pelo poder entre os atores (como Estado e classes sociais), bem como as assimetrias que afetam ação econômica, as quais dão suporte para que uns atores consigam estabelecer suas decisões e conquistar o apoio dos demais atores (BALDI, 2004).

Para a verificação e análise da imersão econômica nas relações sociais a Nova Sociologia Econômica utiliza-se das redes sociais, o que permite a visualização da interação entre os atores no mercado. A ideia predominante do conceito de redes sociais é de que a situação e a identidade do ator dependem de suas interações com outros atores e desses com outros membros da rede (STEINER, 2006).

Para Souza e Quandt (2008, p. 34), “redes sociais são estruturas dinâmicas e complexas formadas por pessoas com valores e/ou objetivos em comum, interligadas de forma horizontal e predominantemente descentralizada”. Porém, para Wasserman e Faust (apud STEINER, 2006, p. 77) “uma rede é um conjunto de atores ligados por relação: uma rede caracteriza-se, assim, como o sistema formado pelos vínculos *diretos* e *indiretos* (os contatos de meus contatos)”, o que não necessariamente caracteriza como um rede que tenha os mesmos objetivos e os mesmo valores.

Ainda, uma rede pode surgir a partir de objetivos muito diversos, como culturais, econômicos, informais, políticos, entre outros. Por isso, e como citado anteriormente, para Granovetter (2009) o tipo de rede social se relaciona com o funcionamento do mercado e para Zukin e Dimaggio (1990), é necessário também visualizar a natureza da ação econômica, ou seja, de que forma há a mediação ou a articulação na rede.

A partir do exposto e como será mais bem elucidado no próximo capítulo, é possível compreender a relação entre a construção social do mercado e o papel que a ITCP cumpre nisso, desfazendo a noção de que os indivíduos estão atomizados no mercado e que esse é um ponto de equilíbrio entre oferta e demanda.

Isto é visto quando a incubadora se volta para a construção dos empreendimentos econômicos solidários, o que a faz intervir no mercado, juntamente com eles. Essa intervenção, ou melhor afirmando, esta ação econômica possui natureza política, já que há um

embate de concepções entre os princípios da Economia Solidária e o sistema capitalista hegemônico, como já citado. Ainda, este tipo de ação se revela quando há a mobilização voltada para a reivindicação perante o Estado por políticas públicas para a área. Portanto, nesse caso, a imersão (*embeddedness*) no mercado é tida como uma imersão política, que, por sua vez, ocorre pela inserção dos atores em redes sociais. Assim, nessa rede social que possui como natureza a imersão política se faz necessário averiguar qual a relação existente entre a incubadora e os outros atores presentes na rede.

3 INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES

Antes de adentrarmos no universo das ITCPs e na sua contextualização se faz necessário visualizar a sua relação com a Economia Solidária. Para isso, será feita uma retomada histórica do ressurgimento da Economia Solidária no Brasil, bem como da sua organicidade e estruturação.

3.1 A Economia Solidária¹¹

A reestruturação produtiva do capital, ocorrida a partir da crise do modelo anterior – o fordismo – caracteriza-se pela flexibilização expressa especialmente no trabalho, ou seja, tem-se:

(...) flexibilização das jornadas de trabalho, flexibilização na possibilidade de as empresas demitirem e admitirem força de trabalho; flexibilização dos processos de trabalho com a integração de diferentes parcelas do trabalho, outrora divididas pelo fordismo; e, sobretudo, flexibilização dos vínculos de emprego (LEITE, 2010, p. 69).

A partir da reestruturação produtiva, os trabalhos considerados atípicos no modelo fordista passaram a atingir cada vez mais categorias de trabalhadores, sendo considerados como meio para a busca de formas alternativas de inclusão no mercado de trabalho. Na década de 1980, um desses trabalhos atípicos, o trabalho cooperativado, ganha fôlego como alternativa ao desemprego ocasionado pelas políticas econômicas neoliberais¹², em

¹¹ Salienta-se que o objetivo não é um debate conceitual de Economia Solidária, sabendo que muitos autores utilizam conceitos correlatos, como economia social, economia de solidariedade, autogestão, economia sociossolidária, entre outros.

¹² Ressalta-se que o Brasil após anos 2000 não é propriamente neoliberal, apresentando, entre outros fatores, aquecimento interno do mercado de trabalho.

andamento desde a segunda metade da década de 1970 e concretizadas, primeiramente, nos Estados Unidos e na Inglaterra e, posteriormente, na Europa e na América Latina (ANDERSON, 1995). Com isso, a Economia Solidária, que havia sofrido um enfraquecimento com o modelo fordista, ressurgiu com nova significação:

O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento (SINGER, 2002, p. 111).

A Economia Solidária ressurgiu, assim, como um horizonte transformador da ordem existente, alicerçada nos princípios de igualdade, cooperação, liberdade e autogestão (NUNES, 2009; SINGER, 2002). Ainda, Gaiger (2003) discorda que no Brasil tivemos um ressurgimento da Economia Solidária. Assim, ele associa a Economia Solidária a um novo fenômeno, o qual é expresso nas novas práticas dos trabalhadores impelidos pela falta de alternativas de subsistência. Para Paez (2001), a Economia Solidária ainda engloba outros princípios como: compreensão do trabalho como meio de humanização; apropriação coletiva do excedente produzido, integração entre os empreendimentos solidários na perspectiva da organização de redes, criando de relações de cooperação; reinvestimento do excedente na produção coletiva ou na promoção do bem viver; preservação dos ecossistemas e do meio ambiente, desde a produção até o consumo. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) afirma que, além de ser uma maneira diferente de produzir, vender, comprar e trocar, a Economia Solidária é uma inovadora forma de geração de renda que contribui para a inclusão social e para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, tem-se como marco do ressurgimento da Economia Solidária nos anos 1980, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), sob coordenação da Cáritas Brasileira, os quais estavam voltados para o cooperativismo com moradores de periferias e de zonas rurais (NUNES, 2009). No país temos como explicação para o ressurgimento, além da crise do mundo do trabalho e da reestruturação produtiva do capital, a ação dos movimentos sociais na busca de alternativas frente ao desemprego e a orientação estratégica dos movimentos sociais e dos sindicatos que passam a perceber a Economia Solidária como enfrentamento ideológico frente ao modelo capitalista (PAULI, 2005).

Em 1990, temos a consolidação e a expansão da Economia Solidária. É possível encontrarmos uma gama de atores envolvidos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Universidades, entre outros. Além disso, na medida em que a Economia Solidária vai se enraizando, vão sendo criadas um

crescente número de políticas públicas de origem municipal, estadual e federal (NUNES, 2009).

Também é relevante destacar a influência do Partido dos Trabalhadores (PT) na consolidação e expansão da Economia Solidária (NUNES, 2009; SILVA; OLIVEIRA, 2011). Em nível municipal, os exemplos mais notórios são as ações das prefeituras de Porto Alegre a partir de 1994 e de Caxias do Sul a partir de 1997, destacando o estado do Rio Grande do Sul na construção do cooperativismo e tornando as ações desse campo como ações estaduais do governo quando da chegada do Partido dos Trabalhadores. Em nível federal, também é notória a relação do partido com a Economia Solidária. No primeiro ano de governo Lula, foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego e dirigida por Paul Singer, cujo objetivo continua sendo a formulação de políticas públicas para o país e seu funcionamento é visto de forma inovadora, pois “promove uma articulação constante com os movimentos sociais e com outros setores do governo, tanto no âmbito federal, como no estadual e municipal” (NUNES, 2009, p. 79). A partir do exposto é possível perceber que se intensificam “as relações de intersecção entre *Movimento-Estado*, mediadas por vinculações político-partidárias” (SILVA; OLIVEIRA, 2011, p. 103).

Atualmente a Economia Solidária estrutura-se em uma série de organizações (ver figura 1), como redes, fóruns, associações, entre outros.

Figura 1 – Organização da Economia Solidária no Brasil



Fonte: Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Acesso em: 13 mai. 2012

Destaca-se, entre essas organizações, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) (ver APÊNDICE A) e os fóruns estaduais (FEES), considerados instâncias formais voltados para a articulação de experiências da Economia Solidária e para a articulação das organizações, possuindo caráter deliberativo e envolvendo mais de 3000 empreendimentos econômicos solidários (Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Acesso em: 13 mai. 2012). Depois dos fóruns, que são as principais instâncias de articulação, temos o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), o qual é a instância deliberativa institucional.

Entretanto, toda esta estrutura do campo da Economia Solidária não seria possível se em sua base não estivesse presente os empreendimentos econômicos solidários (EES), os quais são vistos como a “célula propulsora base” (GAIGER, 2003) da Economia Solidária e

compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão e combinam suas atividades econômicas com ações de cunho educacional e cultural, valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (GAIGER, 2003, p. 135).

Assim, dentro da estrutura da Economia Solidária é notória a importância da participação das entidades de apoio e de fomento para empreendimentos econômicos solidários, sendo um desses meios a incubação, como veremos a seguir.

3. 2 O panorama da incubação solidária no Brasil

A incubação solidária no Brasil surge como atividade extensionista ligada às Universidades. O impulso para a criação de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) está ligado ao Movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida (ACCMV), coordenada pelo sociólogo Herbert de Souza (o Betinho). Dentro do movimento, uma das ações estratégicas era a geração de trabalho e renda, que se deu através da criação de uma cooperativa com os moradores da Região da Maré, no Rio de Janeiro. O saldo positivo da iniciativa fez com que um grupo de professores e de estudantes ligado à Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro visualizasse a necessidade de criação de um centro de apoio voltado para as iniciativas de Economia Solidária e, portanto, baseado nos princípios dessa (GUERRA, 2008).

É nesse contexto, que em 1995, surge a primeira ITCP do Brasil. O êxito da experiência foi tão grande que estimulou outras Universidades, bem como lançamento do Programa Nacional de Incubadoras (PRONINC) em 1998 (NUNES, 2009). O programa tinha o objetivo de estimular a criação de incubadoras populares, através de subsídios do governo federal, que estruturassem empreendimentos econômicos solidários com público de baixa renda¹³. Dessa iniciativa surgiram ITCPs nas seguintes Universidades: Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Universidade Estadual da Bahia, Universidade de São Paulo e Universidade Federal do Paraná. Entretanto, o Programa sofreu com a falta de recursos, o que não impediu a expansão das incubadoras. Atualmente são 41

¹³ Ressalta-se que o PRONINC é voltado para as incubadoras situadas em Universidades e, além disso, não é voltado para os empreendimentos econômicos solidários incubados.

ITCPs no país (ver APÊNDICE B) articuladas em duas redes de incubação: Unitrabalho e Rede ITCPs¹⁴.

Mesmo com a articulação em redes das ITCPs, elas não possuem uma metodologia única de incubação. Como nos mostra Cruz (2004), as incubadoras não possuem um método comum quanto à forma de incubação e assessoria técnica. A metodologia ajusta-se conforme especificidades regionais e a estrutura de cada Universidade. Em sua pesquisa, que compara a metodologia de incubação das ITCPs, ele ressalta que seria inútil, dadas as considerações anteriores, buscar uma metodologia única de incubação. Porém, sua pesquisa ressalta pontos em comum.

Um desses pontos é em relação às etapas de incubação que são a pré-incubação, a incubação e a desincubação (CRUZ, 2004; NUNES, 2009). A pré-incubação é o primeiro contato da incubadora com o empreendimento, na qual se avaliam, de ambos os lados, a viabilidade da incubação. É válido ressaltar aqui a diferença entre as ITCPs, já que há variação na necessidade do grupo estar ou não organizado. A próxima etapa envolve o assessoramento tanto técnico- administrativo quanto político, ou seja, estruturar o empreendimento sob os princípios da Economia Solidária. A diferença consiste nos conteúdos da formação, no ritmo de estruturação do empreendimento, tempo de incubação, entre outros fatores. Por fim, a desincubação é a desvinculação do empreendimento em relação à incubadora. Aqui a diferença consiste na avaliação, isto é, se o empreendimento está apto ou não para ser desincubado. Também algumas incubadoras prestam assessorias informais e acompanhamento não sistemático, conforme a demanda dos empreendimentos.

A equipe da incubadora, no geral, segue um mesmo padrão, sendo composta por professores, estudantes e técnicos administrativos de diversas áreas da Universidade e, muitas vezes, usando de assessoria externa. Ressalta-se que não necessariamente os membros da equipe já tinham contato com empreendimentos econômicos solidários ou com a Economia Solidária, muitos passam a ter contato a partir da inserção na equipe. Assim, muitas incubadoras buscam formar não somente os empreendimentos, mas também a própria equipe de incubação. Nunes (2009) afirma que a “vocação da equipe de assessoria de incubação, se ela age realmente em apoio ao projeto de emancipação dos trabalhadores, é que seu trabalho se torne paulatinamente desnecessário” (NUNES, 2009, p. 183).

Em suma, as ITCPs objetivam “disponibilizar o conhecimento acadêmico às cooperativas populares, contribuindo para a formação e consolidação de iniciativas

¹⁴ Não foram encontradas quais são as incubadoras que se inserem em cada rede. Apenas dados de 2001 (CRUZ, 2004) mostram a possibilidade de uma mesma incubadora estar inserida em ambas as redes.

econômicas autogestionárias, viáveis economicamente e geridas solidariamente (ITCP/COPPE/UFRJ, 1998).

É válido ressaltar que incubação de empreendimentos econômicos solidários se diferencia da incubação empresarial¹⁵, pois, além de estar voltada para o público de baixa renda, estrutura os seus empreendimentos sob os princípios da Economia Solidária, citados anteriormente. Em *Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP x Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT – Diferenças e semelhanças no processo de Incubação* (SOUZA et al, 2003), os autores analisam que empreendimentos incubados por ITCPs são intensivos em mão de obra e seus produtos agregam alto valor social, enquanto que na incubação empresarial os empreendimentos são intensivos em tecnologias e seus produtos agregam alto valor econômico.

3.3 Tecnosociais

Fundada no ano de 2004, a Tecnosociais tem sua história vinculada aos projetos no âmbito do associativismo e do cooperativismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a qual atua nessas áreas desde 1976. Segundo o Informativo Tecnosociais nº 1, “o projeto Tecnologias Sociais para Empreendimentos Solidários efetivou em 2004, após longas discussões, embasado na trajetória da Universidade na área de cooperativismo e da economia solidária”. Nesse período anterior à constituição da incubadora destacam-se como ações os grupos temáticos sobre Economia Solidária, Trabalho e Associativismo e Cooperativismo e, ainda, um programa com parceria do governo do estado, em 2002, conhecido como Técnicos em Autogestão (Tecnosociais. Acesso em: 10 mar. 2012).

O projeto de Incubação de Cooperativas Populares foi implantando em 1998, porém é só em 2003 que o programa é redimensionado para o programa de tecnologia social, tendo sua efetivação e consolidação em 2004. Inicialmente, foram incubados doze empreendimentos solidários (ver APÊNDICE C) e, atualmente, a Tecnosociais incuba sete empreendimentos (como veremos adiante), situa-se física e organicamente junto ao Instituto Humanitas Unisinos –IHU e participa da rede de incubadoras Rede ITCPs.

A Tecnosociais possui os seguintes objetivos:

¹⁵ No Brasil, a incubação empresarial surgiu na década de 1980, visto que se visualizava um vácuo entre Universidades e setor empresarial (SOUZA et al, 2003).

Objetivo geral: contribuir para a constituição e o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários e sua inserção na Economia Solidária e no desenvolvimento local e regional sustentável, tendo em vista a criação de tecnologias sociais que valorizem e articulem vivências/saberes populares e conhecimentos acadêmicos.

Objetivos específicos: promover empreendimentos de economia solidária como forma de inclusão produtiva e social de populações em situação de vulnerabilidade social, colaborando para o desenvolvimento das potencialidades econômicas, sociais, políticas e culturais dos/as trabalhadores/as; incentivar a formação de redes de cooperação solidária voltadas para o fortalecimento da economia solidária e do desenvolvimento sustentável, fomentando a articulação de cadeias produtivas entre empreendimentos e a organização política destes sujeitos sociais; facilitar o envolvimento de professores e estudantes das diversas áreas de conhecimento, integrando Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade em atividades de criação e aplicação de conhecimentos que reconheçam e promovam práticas sociais mais justas e solidárias; desenvolver metodologias de trabalho numa perspectiva interdisciplinar, que propiciem a consolidação dos empreendimentos, bem como a pesquisa, a produção e a divulgação de tecnologias sociais de intervenção; promover oportunidades de conhecimento e aperfeiçoamento sobre temas inerentes a economia solidária e ao cooperativismo para os participantes do programa e para a comunidade em geral; criar espaços de reflexão sobre a economia solidária e o trabalho de incubação, possibilitando a escrita e socialização do conhecimento, por meio de publicações diversas (Tecnosociais. Acesso em: 10 mar. 2012).

Para isso, a incubadora conta com uma equipe de quatro pessoas: coordenador, assessor acadêmico, técnico e estagiário em Engenharia Ambiental.

Ressalta-se que, como colocado pelo assessor acadêmico, a Tecnosociais é uma das primeiras incubadoras do Brasil a ser efetivamente institucionalizada. Explica-se: as incubadoras brasileiras dependem financeiramente do PRONINC ou de outros recursos externos para a sua manutenção. No caso da Tecnosociais, ela não depende desses recursos externos, pois a UNISINOS supre essas demandas:

A maioria das incubadoras depende de uma política pública nacional chamada PRONINC. No momento que o PRONINC fechar a torneira, disser não tem mais recursos, isso é uma preocupação da Rede Itcps, eterna discussão, as incubadoras na sua grande maioria fecham. Por exemplo, agora, o PRONINC atrasou a liberação de verba, teve incubadora que tava funcionando assim uma pessoa pra não fechar a incubadora. Então assim, não tem nenhuma estrutura de suporte da Universidade. Hoje, por exemplo, a técnica, a coordenadora, eu e o estagiário, nós temos outros estagiários pra entrar também, de onde vem recurso pra bancar isso, da Universidade (assessor acadêmico).

Quanto à metodologia, a equipe ressalta que estão em processo de modificação e alteração da metodologia anterior e a nova ainda não está pronta, mas ambas, tanto a anterior quanto a que será aplicada, são embasadas no método dialógico de incubação:

A metodologia anterior é aquela mesmo a lógica de trabalhar envolvendo o saber popular com o saber acadêmico, entrelaçando os dois para que cresça, e sempre de forma dialógica, a gente trabalha a partir das necessidades do grupo, eles que

apresentam a demanda, a gente traz pra dentro da equipe, a equipe é multidisciplinar, cinco, seis áreas diferentes, e vê quem da conta daquela demanda e volta pro grupo já, uma sugestão, uma proposta de resolução daquela demanda, se discute com eles, se eles acharem que é viável, que é isso, que se aplica, se não volta para ser discutida, é uma metodologia bem dialógica e participativa (coordenador Tecnosociais).

O método dialógico de incubação envolve três pontos: o primeiro é o atendimento às demandas que se dão por duas vias: “a partir das demandas que surgem da participação em instâncias regionais de articulação da economia solidária (fóruns municipais e/ou regionais, redes etc.) e a partir das demandas específicas que são analisadas pela equipe de coordenação” (ARLNHOLD et al, [20?], p. 83). As demandas, por parte dos empreendimentos atualmente incubados são as seguintes:

A principal é a questão da gestão do empreendimento, a questão de como calcular o custo, como fazer livro caixa, como comercializar, publicação, divulgação, marketing mesmo, como dar visibilidade ao empreendimento, dos produtos. A segunda maior demanda é comunicação interna e externa. A gente trabalha também questões de liderança, formação de lideranças, daí se vê as questões técnicas, se esse grupo diz que o problema era dificuldade de combinar cores, então se leva alguém do design para ajudar a pensar, se vê essas questões técnicas. As questões pessoais também, é muito assim, não tem documento, a gente faz primeiro dos integrantes do galpão, pra quando encaminhar, contribuir para que eles vão lá e façam, depois disso a gente faz dos familiares também. Inclusão digital muito forte também, eles ganham os computadores dos projetos e não sabem utilizar, agente fez a inclusão digital de todos os incubados, depois dos familiares, irmãos, maridos, filhos, esposas, agora até crianças de oito a doze anos já estão vindo fazer, a gente fez uma parceria com a CAP, aquela empresa, ai eles dão transporte e um lanche, ai eles vem pra cá fazer, então as demandas são as mais variadas, como a demanda maior agora é como se transformar em cooperativa, então toda a questão das assembleias, estatutos, registros da documentação (coordenador Tecnosociais).

O segundo ponto do método dialógico está voltado para a construção de tecnologias sociais. Essas devem estar “na perspectiva de cadeias produtivas, redes de produção e consumo, processo de inclusão (da precariedade social ao empreendedorismo coletivo), formação e capacitação para áreas específicas e outros” (ARNHOLD et al, [20?], p. 83).

Por fim, o terceiro ponto do método dialógico são as atividades de formação tanto com os empreendimentos quanto da própria incubadora.

Aqui, vale esmiuçar o segundo e o terceiro pontos do método de incubação. Começando com o processo de inclusão, todos os empreendimentos incubados são formados por pessoas excluídas do mercado de trabalho formal e que formaram o grupo a partir de necessidades concretas. O perfil, ainda de forma não aprofundada, é o que segue:

As pessoas que formam a cooperativa são, praticamente todas, pessoas excluídas do mercado formal de trabalho, pela idade, pela pouca qualificação, às vezes até uma deficiência, tem dificuldade de encontrar um trabalho formal e uma irmã pede que ele faça triagem, mulheres com filhos que tem dificuldade de cumprir horários mais rígidos numa empresa e na Economia Solidária eles podem flexibilizar isso (coordenador Tecnosociais).

São pessoas da comunidade, um deles [empreendimentos econômicos solidários], por exemplo, é resultado de um movimento MTD, Movimento dos Trabalhadores Desempregados, criaram as frentes de trabalho, um deles é de reciclagem, e daí estavam lado a lado, MTD e ATUROI, lutando por moradia e por geração de trabalho e renda (coordenador Tecnosociais).

Quanto à formação e capacitação dos empreendimentos, esses podem ser divididos nos seguintes temas de atividades realizadas pela incubadora, conforme o quadro 4. Ressalta-se que não se buscou esgotar o número de atividades.

Quadro – 3: Temas de formação e capacitação

Aspectos econômicos e estruturais	Economia Solidária	Específico (conforme o ees)	Articulações	Outros
a) Estudos de viabilidade econômica b) Fluxos de caixa c) Gestão e Comercialização d) Cálculo de produtos e) Comunicação externa, divulgação e marketing f) Discussões de leis e questão tributária	a) Organização interna do empreendimento, regimento interno, registros legais; b) Oficinas sobre os princípios da Economia Solidária c) Planejamento estratégico participativo d) Comunicação interna e) Formação de lideranças f) Organização de fóruns	a) Oficinas técnicas: corte e costura, reciclagem, artesanato, entre outras b) Uso de equipamento de proteção individual	a) Elaboração de projetos para a busca de recursos b) Interlocução com gestores públicos	a) Informática e inclusão digital b) Documentação (Registro geral)

Fonte: adaptado de Tecnosociais. Acesso em: 9 jun. 2012

As atividades descritas acima não são apenas realizadas com os integrantes dos empreendimentos incubados, também são abertas para os familiares e para outros grupos ligados à Economia Solidária.

Esses cursos são pros incubados, mas a gente abre também para os fóruns de recicladores e de Economia Solidária aqui da cidade, eles também podem participar. E têm outros que são focados pro público interno da Universidade, tem curso de extensão que a gente realiza, mais teórico assim, que a gente dirige aos

acadêmicos mesmo, pra eles irem, aos acadêmicos, professores da Universidade, cursos de extensão e seminários assim (coordenador Tecnosociais).

Além, da formação, capacitação e atividades realizadas junto aos empreendimentos, a incubadora também visa a formação da própria equipe de incubagem:

Todo início de semestre, a gente refaz ou cada vez que entra alguém novo, a gente reúne, eles têm horas de formação, acho que dá umas quarenta horas na verdade, leituras, oficinas, momentos, grupo de estudo sobre determinados textos, a gente traz pessoas, professores, pra fazer análise de conjuntura com a equipe. Tem um período, assim, no início durante uns dois meses e algumas horas, que a gente faz a formação específica para equipe, porque eles vêm muito crus, tem gente que se candidata a um estágio aqui, mas nunca nem ouviu falar de Economia Solidária (coordenador Tecnosociais).

Quanto às cadeias produtivas, redes de produção e consumo é válido a descrição sobre os empreendimentos ligados à Tecnosociais. A descrição dos EES não segue uma linha específica de análise, mas sim conforme a descrição por parte da incubadora. Atualmente são sete grupos incubados¹⁶:

- a) Customizações Recriar – Grupo de Mulheres da Vila Brás: produção de artesanato.
- b) Associação de Trabalhos Urbanos de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos – ATUROI Vitória: reciclagem.
- c) Associação de Reciclagem Nova Conquista: reciclagem.
- d) Associação Mundo + Limpo: reciclagem
- e) Univale – Associação de Geração de Trabalho e Renda: reciclagem
- f) Associação de Carroceiros da Cidade de São Leopoldo – ACCSL: reciclagem

A Customizações Recriar, que faz parte do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo, surgiu da iniciativa de doze mulheres moradoras da Vila Brás, que já se reuniam para as atividades de lazer e de artesanato e viram nessa atividade a possibilidade de geração de renda. Inicialmente o espaço de comercialização era junto à casa de uma das integrantes, depois se transferindo para um ateliê localizado na rua central do bairro. Atualmente a Customizações Recriar é composta por três mulheres. Nesse empreendimento a Tecnosociais construiu projetos visando a captação de recursos para a compra de materiais e capacitação para o empreendimento, o que se efetivou com o convênio com a UNISINOS e com a Associação de Microcrédito Popular Solidário – Acredisol. As integrantes do empreendimento ainda tiveram formações sobre a elaboração do cálculo de preço e de

¹⁶ Até o final da pesquisa ainda continuavam incubados Customizações Recriar, ATUROI, Nova Conquista e Mundo + Limpo.

confeção de produtos, oficinas básicas em técnicas de vendas, oficina básica de cores, oficina de retalhos em couro, oficina de customização e pintura de tecido. Além disso, com a incubação o empreendimento pode discutir o seu regimento interno visando melhor funcionamento e gestão e capacitação sobre Economia Solidária. Para a divulgação da Customizações Recriar, foram feitas distribuições de cartões do empreendimento na Vila Brás.

A ATUROI nasceu da iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD). Inicialmente eram catadores individuais, membros de onze famílias e moradores do Bairro Vicentina, em São Leopoldo, que constituíam o Grupo Vitória (reciclagem) e o Grupo Horta Comunitária Santa Marta, o qual já não existe mais. Os grupos, através do MTD, eram cadastrados no Programa de Frentes de Trabalho da Secretaria do Trabalho e Assistência Social (STCAS) do governo do estado, o que possibilitou a obtenção de recursos financeiros. Em 2005, o grupo Vitória regulariza-se sendo, então, denominado como Associação de Trabalhadores Urbanos de Resíduos Orgânicos e Inorgânicos e possuindo, atualmente, com treze associados. Para melhorar as condições de trabalho do grupo foram realizadas mobilizações junto ao poder público, tendo conseguido com a Secretaria do Meio Ambiente de São Leopoldo, um galpão, por tempo indeterminado, para a realização de seu trabalho. Os integrantes do empreendimento ainda receberam treinamento em reciclagem, por parte da prefeitura, e também preparação para a conscientização dos moradores da cidade quanto à necessidade da coleta seletiva. A conscientização ocorreu através da passagem dos catadores de casa em casa explicando sobre a coleta e depois repassando para obter o material, processo chamado de coleta porta-a-porta. Atualmente, a coleta ocorre pela prefeitura que distribui o material para reciclagem direto nos galpões, através de convênio com o empreendimento. A associação participa do Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo e possui relação com a Associação de Recicladores Dois Irmãos. Possui projetos com o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo e a Associação do Voluntariado e da Solidariedade (Avesol).

A Associação de Reciclagem Nova Conquista se constituiu a partir da Cooperativa de Habitação, Produção e Trabalho Ltda (Coopernorte), localizada no bairro Santa Marta em São Leopoldo. A Coopernorte surgiu voltada para a construção de casas no bairro, o que também possibilitou a criação de grupos de geração de trabalho e renda. Um desses grupos era na área de reciclagem e obteve capacitação da ATUROI, passando a se unir a associação. Portanto, a ATUROI passou a ter dois núcleos de trabalho: o grupo Vitória do bairro Vicentina e o grupo Conquista do bairro Santa Marta. A distinção entre os núcleos dificultava a ligação entre

ambos, o que incentivou a consolidação da Associação de Reciclagem Nova Conquista em 2009, processo acompanhado e assessorado pela incubadora. A associação também participa do Fórum de Recicladores de São Leopoldo.

A Associação Mundo + Limpo foi formada por sete mulheres moradoras da Vila São Jorge em São Leopoldo em 2002. O empreendimento fabrica produtos de limpeza e cosméticos a partir da reciclagem do óleo de cozinha e, além da incubação que ocorreu em 2010, o grupo é acompanhado pelas Irmãs da Congregação Missionárias do Cristo Ressuscitado. O primeiro contato com a reciclagem do óleo de cozinha ocorreu na escola Amadeu Rossi em São Leopoldo e antes da incubação o grupo se reunia na Associação de Moradores da Vila São Jorge. Com a incubação foi possível, através de conveniamento entre a prefeitura e a UNISINOS, conseguir um espaço específico para as atividades do grupo. A Associação Mundo + Limpo também participa do Programa de Coleta Seletiva Compartilhada da prefeitura de São Leopoldo, o que possibilita a entrega do óleo pelo programa, que antes era recolhido pela associação e somente na Vila São Jorge. Ainda, possuem relação com o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e os com os cursos de graduação em Engenharia Ambiental, Gestão Ambiental, Engenharia de Alimentos, Engenharia de Produção, Engenharia Mecânica, Fisioterapia e Design, o que permite a inovação dos produtos.

A Univale é composta atualmente de treze associados e foi fundada em 2009. Localizado no bairro Feitoria em São Leopoldo, inicialmente a ideia do empreendimento era atuar na área da construção civil, porém sua atuação atual é na área de reciclagem, participando da Coleta Seletiva Compartilhada e do Fórum de Recicladores de São Leopoldo. Em 2011 a Univale teve seu regimento interno aprovado através do processo de incubação.

E, por fim, a Associação dos Carroceiros da Cidade de São Leopoldo foi criada a partir da reunião de aproximadamente 50 carroceiros moradores de uma área ocupada no Bairro Campina em São Leopoldo. Nesta área foi instalada uma estrutura mínima para a comercialização do material coletado. Em 2007 houve a legalização da associação que conseguiu aprovar no Orçamento Participativo da cidade um galpão para unidade de triagem, o qual ainda não foi recebido. O empreendimento, que faz parte do Fórum de Recicladores de São Leopoldo, também está conveniado à coleta seletiva de São Leopoldo, não utilizando mais a carroças de tração humana, porém a identidade do grupo, enquanto carroceiros, continua. Atualmente a associação é composta por treze associados.

3.3.1 Ações e relações entre os atores

Para a demonstração e análise das estratégias de imersão política será seguida a seguinte ordem conforme as características essenciais para a construção de um empreendimento econômico solidário: geração de renda, propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, autogestão, participação em redes e mobilização política. Salienta-se, antes de tudo, que a construção das estratégias de imersão política é feita, em sua maioria, pela incubadora juntamente com os empreendimentos incubados, não estando os empreendimentos de forma passiva.

Em relação à geração de renda, esta é tida pela incubadora como a principal demanda dos empreendimentos, ainda que, como visto anteriormente existam outras de suma importância para os EES: “a questão um dos grupos é a questão renda e aí é fácil de entender é uma necessidade, então eu sempre digo que o vínculo inicial é muito instrumental eles precisam atender necessidades de renda” (assessor acadêmico).

A primeira ação tomada pela incubadora em relação à geração de renda pode se afirmar que é sobre a infra-estrutura do EES, na qual temos tanto o local/área que aquele estará instalado quanto o maquinário necessário para a fabricação do produto. No primeiro caso, temos o exemplo da ATUROI, empreendimento que teve seu galpão de reciclagem queimado:

Nós temos um grupo que tinha um galpão excelente que pegou fogo, aí foram para outro galpão, que pegou fogo de novo e, hoje, eles estão num espaço um tanto quanto precário. A gente tem todo um galpão, estrutura do telhado, estrutura física, mas não temos uma área. Estamos há tempo numa negociação com o município, aí o município chega numa área e não consegue fazer a construção (assessor acadêmico).

Outro exemplo é o caso da Associação dos Carroceiros que, como citado anteriormente, conseguiu seu galpão para reciclagem através do Orçamento Participativo de São Leopoldo.

Quanto ao maquinário há uma gama de formas já utilizadas para acessá-lo. Uma dessas formas é através de grupos ligados à Economia Solidária, como foi o caso da Customizações Recriar com a Associação de Microcrédito Popular Solidário. Ainda, outra forma de acesso é através de editais lançados pelo poder público.

Por outro lado, a incubadora deixa claro a não utilização de recursos econômicos vindos de grandes empresas:

Nós não encaminhamos um edital pra um grande banco privado pra ele fomentar algum empreendimento dos nossos incubados e ai colocar lá balanço social, a gente procura ver alternativas que tem uma concepção parecida com a nossa e dos nossos grupos. Nós não temos assim, por exemplo, nenhum grupo de reciclagem financiado pela Vonpar (assessor).

Portanto, em relação à infra-estrutura e ao maquinário é possível perceber que há a relação com dois atores e a não relação com um ator. É possível perceber que há relação com o ator Estado/governo e com a Economia Solidária. No primeiro afirma-se que essa relação se expressa de forma reivindicativa, ou seja, há exigências perante Estado/governo colocando-o como responsável em garantir a infra-estrutura dos empreendimentos. Com o ator Economia Solidária é possível ver a relação quando da utilização de crédito solidário, expressando, portanto, uma relação de proximidade, pois tanto a incubadora juntamente com os EES quanto à Associação de Microcrédito Popular Solidário buscam uma lógica das relações mercantis de forma solidária. Por fim, se visualiza a relação de distanciamento com o ator empresas privadas, já que há interesse por parte da incubadora ter algum vínculo com tal ator.

Seguindo, o processo de produção que é ligado à geração de renda também pode ser como um ponto, no qual a incubadora executa suas ações. Nesse ponto é percebida a relação com a UNISINOS, já que muitos alunos da graduação se envolvem na melhoria desse processo, como no caso da Associação Mundo + Limpo, e também, com o poder público, como no caso da ATUROI que obteve treinamento em reciclagem. Aqui, um ponto interessante, é que com a Associação Mundo + Limpo foi outro EES incubado, a ATUROI, que realizou formações sobre reciclagem com a associação. As ações executadas, neste caso, são de formações ou estudos voltados para o processo de produção. Ressalta-se que, como colocado pela técnica da incubadora, os EES não se colocam de forma passiva, já que alterações nos processos produtivos apenas se darão com o consentimento dos integrantes dos empreendimentos. Em suma, é possível perceber que há a relação com três atores: UNISINOS, Estado/governo e Economia Solidária. Neste ponto, tanto no primeiro quanto no segundo ator percebe-se uma relação de neutralidade, já que não está explícita por parte dos atores a construção de uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária, mas sim apenas uma relação estritamente técnica. Em relação ao último ator, há a relação entre os próprios empreendimentos, no caso, relação entre ator Economia Solidária e ator Economia Solidária, estabelecendo-se uma relação de proximidade, já que ambos buscam relações mercantis baseadas nos princípios da Economia Solidária, o que se expressa na cooperação entre os empreendimentos.

Por fim, temos a última ação: a comercialização dos produtos. A incubadora ressalta que o comércio é de âmbito local, com alguns empreendimentos vendendo seus produtos nas comunidades em que estão inseridos, e também de âmbito regional, ou seja, na Região Metropolitana de Porto Alegre, ainda que não atinja todas as cidades, mas que deve aumentar o número através da Central de Comercialização que está sendo construída:

Hoje a Central de Comercialização vai permitir que ela seja mais regional, porque hoje, por exemplo, os nossos grupos eles não têm um caminhão para fazer a entrega, então, por exemplo, eles têm que vender o material para alguém que venha buscar. Então isso já aproxima isso mais com os locais e com a central aumenta a quantidade tem essa questão logística, isso deve ampliar um pouco (assessor acadêmico).

Ressalta-se aqui que, no caso dos empreendimentos de reciclagem, esses também vendem seus produtos para empresas, tanto por intermédio dos atravessadores quanto diretamente:

Infelizmente os recicladores ainda têm os intermediários, não pequenos intermediários, intermediários maiores até, que dão valor um pouco mais agregado, mas eles ainda entregam a sua produção para intermediários capitalistas, os atravessadores que depois vão entregar pra indústria, vão juntar isso, vão fazer um beneficiamento e vão entregar pra indústria. A gente tem um grupo que avançou um pouco, meio sem querer, que é o Mundo + Limpo hoje, que ele pega o produto, ele pega a matéria prima né, o óleo, faz os produtos e não tem mais nenhum intermediário na cadeia, ele vende direto lá pro consumidor final, ou seja, pessoa física, pessoa jurídica e ele vende hoje para grande empresas inclusive (assessor acadêmico).

Aqui, além de se perceber a venda para consumidores da sociedade como um todo é possível visualizar que há relação entre os próprios empreendimentos, portanto relação entre atores da Economia Solidária e que se mostra de proximidade, pois ambos além de possuir a característica que identifica tal relação, estão buscando conjuntamente solucionar os seus problemas ligados ao comércio dos produtos. Também é percebida a relação com o ator empresas privadas, já que são essas empresas que vão utilizar os produtos nas suas indústrias que estão inseridas em grandes cadeias produtivas. Essa relação pode ser classificada como uma relação neutralidade, pois não está explícito ou não está em questão por parte do ator, empresas, a construção de uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária, apenas se estabelece a compra e venda de produtos.

Em suma, temos o seguinte quadro para a viabilização de geração de renda:

Quadro 4 – Ações e relações com os atores voltadas para a geração de renda

Característica EES	Ações	Ator	Relação
Geração de renda	Infra-estrutura e maquinário	Estado/governo	Reivindicação
		Economia Solidária	Proximidade
		Empresas privadas	Distanciamento
	Processo de produção	UNISINOS	Proximidade
		Estado/governo	Reivindicação
		Economia Solidária	Proximidade
	Comercialização	Empresas privadas	Neutralidade
		Economia Solidária	Proximidade

Fonte: elaboração da autora

Em relação ao segundo ponto de construção de um EES, a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, é visto como ação por parte da incubadora, a formação dos associados através de estudo e capacitação sobre propriedade coletiva e outros temas da Economia Solidária, as quais são realizadas pela própria incubadora ou contam com assessoria externa. Ainda, o contato entre os empreendimentos possibilita a formação, na medida em que visualizam outras experiências, conforme argumenta a coordenadora da incubadora:

As cooperativas têm contato entre si e vão ter mais fortemente. Nesse novo projeto [nova metodologia] está previsto momentos de intercâmbio, tem transporte, tudo... agora mesmo no final do mês nós vamos realizar um encontro entre duas associações que viraram cooperativas, então vai um professor falar um pouco sobre economia solidária, cooperativismo, o que é ser cooperativado, a diferença de passar de associação para cooperativa, depois vai ter o lanche, agente vai fazer uma confraternização, pra depois começar a trabalhar as questões técnicas, tirar mesmo a cooperativa, mas que antes eles saibam quais são os princípios, a forma de trabalhar cooperativado (coordenador).

A partir da citação também é possível entrarmos ações de construção da autogestão. Nessa, a incubadora também utiliza de espaços de formação sobre a temática da Economia Solidária para a compreensão de como se dá um empreendimento autogestionário, já que há aproximação entre propriedade coletiva e autogestão.

Assim, nestes dois pontos, propriedade coletiva ou associada dos meios de produção e autogestão, é possível visualizar as relações, novamente, entre ator Economia Solidária e ator Economia Solidária, pois há o contato entre os empreendimentos e nesses momentos é possível estabelecer trocas de experiências acerca da propriedade coletiva e da autogestão. Além disso, as formações são dadas/construídas com assessores que estão inseridos dentro do debate do debate da Economia Solidária.

Em suma, temos o seguinte quadro:

Quadro 5 – Ações e relações com os atores voltadas para a propriedade coletiva ou associada dos meios de produção e para a autogestão

Característica	Ação	Ator	Relação
Propriedade coletiva ou associada dos meios de produção	Formação (estudo e capacitação)	Economia Solidária	Proximidade
	Relação entre os EES incubados	Economia Solidária	Proximidade
Autogestão	Formação (estudo e capacitação)	Economia Solidária	Proximidade
	Relação entre os EES incubados	Economia Solidária	Proximidade

Fonte: elaboração da autora

Ainda, temos como característica de um EES a participação em redes. A partir do exposto é possível ver o estímulo da incubadora para que os empreendimentos participem de redes e fóruns de Economia Solidária, na verdade, um estímulo à continuidade da participação, pois o acesso dos empreendimentos ocorre via participação nessas redes, ou seja, o empreendimento já encontra-se minimamente constituído, como é possível percebermos na argumentação abaixo:

A incubadora não forma porque não se parte do pressuposto que se possa formar um grupo, um grupo vai se construindo e a incubadora pode acompanhar inclusive essa etapa inicial, tipo assim um grupo que ainda ta se constituindo procura a incubadora (assessor acadêmico).

Agora nós não fazemos, jamais faríamos 'o Joãozinho procura a incubadora para formar um grupo não sei onde', não isso não existe. O grupo seja ele formal ou informal, cinco pessoas, dez pessoas, oito pessoas esse grupo procura a incubadora, então existe um grupo mesmo que ainda frágil (assessor acadêmico).

Formação inicial não é da incubadora tem que já existir e geralmente o contato é via fórum [Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo]. 'Ah mas então como é que eles identificam? Sai na rua, gritam, fazem um edital?' A gente até já usou essa experiência do edital, mas atualmente a gente faz via fórum, grupos que vem até o fórum que nos conhecem (assessor acadêmico).

Portanto, uma ação em relação à participação em redes é justamente o grupo já estar participando dessas redes, ou seja, temos como ação o grupo já estar constituído e já estar participando de espaços da Economia Solidária. Assim, visualiza-se, a partir dessas duas ações que há a relação de proximidade, justamente porque os grupos já participam de espaços da Economia Solidária assim como a incubadora.

Em suma, temos o seguinte quadro:

Quadro 6 – Ações e relações com os atores voltadas para a participação em redes

Característica	Ações	Ator	Relação
Participação em redes	Grupo já formado	Economia Solidária	Proximidade
	Grupo já participando de redes de Economia Solidária	Economia Solidária	Proximidade

Fonte: elaboração da autora

Por fim, temos o último ponto, a mobilização política, a qual possui grande relação com a participação em redes, pois é através dessas redes e também de fóruns que é possível a articulação entre os diversos grupos e, a partir disso, ocorrer a reivindicação:

O fórum [Fórum de Economia Solidária de São Leopoldo] é externo a incubadora, é um espaço de articulação entorno dos grupos de Economia Solidária, onde eles lutam por políticas públicas, a onde eles discutem as necessidades e vão demandar a Secretaria da Limpeza Pública, por exemplo, o Programa de Coleta Seletiva (coordenador).

Também é possível visualizar a quem se dirige essa reivindicação, ou seja, para o poder público ou, no caso, para o ator Estado/governo, o qual pode estabelecer políticas públicas voltadas tanto para o âmbito da Economia Solidária, quanto específico, conforme a necessidade do empreendimento. Ressalta-se que a mobilização política pode ocorrer com atores fora da Economia Solidária, como foi o caso do empreendimento ATUROI que possuía relação também com o MTD, ou seja, temos mais uma ação que é a relação com outras organizações que também buscarão reivindicação perante o poder público. Assim, percebe-se que para momentos de mobilização política há relação de proximidade tanto com outras organizações da Economia Solidária quanto com o ator aqui classificado como terceiro setor. No primeiro a relação de proximidade é estabelecida justamente por necessitarem de políticas públicas voltadas para a Economia Solidária e quanto ao segundo também há a relação de proximidade, pois esses também visualizam o Estado/governo como um ator passível de reivindicação, que no caso se dá por pessoas excluídas do mercado trabalho, que como vimos é uma das características dos integrantes do EES e também do Movimento dos Trabalhadores Desempregados, portanto, também havendo a reivindicação de políticas públicas nesta área.

Em suma, temos o seguinte quadro:

Quadro 7 – Ações e relações com os atores voltadas para a mobilização política

Característica	Ações	Ator	Relações
Mobilização política	Participação em redes	Economia Solidária	Proximidade
	Articulação com outras organizações	Terceiro Setor	Proximidade

Fonte: elaboração da autora

4 CONCLUSÕES

Enfim, retoma-se o objetivo deste trabalho que é investigar quais ações são utilizadas pela incubadora voltadas para a imersão política no mercado, bem como qual o tipo de relação se estabelece com os atores presentes na rede.

A partir disso, e como mostrado nos capítulos anteriores, as relações mercantis são tomadas como imersas nas relações sociais, o que pode ser percebido através da atuação das ITCPs, já que essas, justamente com seus empreendimentos econômicos incubados, estão presentes e atuantes no mercado. Também, mostra-se que essa presença no mercado ocorre através da relação entre atores sociais interligados, ou seja, há a relação da incubadora com outros atores presentes na rede que, nesse caso, são outras organizações da Economia Solidária, o terceiro setor, empresas privadas, Estado/governo e a UNISINOS, conforme definição vista anteriormente.

Com o ator Economia Solidária em todas as ações realizadas mostra-se que há a relação de proximidade e, além disso, estando presente em todas as atividades realizadas. Fato que se justifica, pois incubadoras e empreendimentos solidários buscam uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária e, assim, as ações se realizam com mais frequência com organizações que comungam dos mesmos objetivos.

Já com o terceiro setor não se percebe uma relação tão freqüente, neste caso apenas se visualizou a presença dele em momentos de mobilização e reivindicação, como foi o caso, já explorado, do empreendimento ATUROI. Ainda assim, pode se classificar essa relação como de proximidade, pois no momento que há articulação entre organizações diferentes se voltando para uma reivindicação temos, minimamente, uma afinidade política e também, como visto, reivindicações em comum, no caso de pessoas excluídas do mercado de trabalho.

Com as empresas privadas podemos perceber duas relações em pontos diferentes. Quando da estruturação do empreendimento, a incubadora mostra-se como tendo relação de distanciamento, já que não se dispunha a receber recursos/maquinário de empresas privadas. No momento da comercialização a relação estabelecida é de neutralidade, pois se coloca apenas como uma relação de compra e venda, ou seja, não necessariamente o ator empresas privadas estará interferindo nos empreendimentos ou mudando suas concepções de economia, fato que poderia acontecer através de contrapartidas, caso incubadora e empreendimento optassem por ter maior relação com o ator.

Na relação com o Estado, essa se mostra como de reivindicação, já que é através dele que são realizadas políticas públicas tanto para a Economia Solidária como um todo, quanto

para necessidades específicas dos empreendimentos. É perante esse ator, como já colocado, que é estabelecida a relação de proximidade entre incubadoras e empreendimentos com o terceiro setor, estabelecida através de pautas comuns de reivindicação.

Ainda, em relação à UNISINOS sua presença aparece quando da tomada de ações voltadas para questões técnicas do processo de produção dos empreendimentos. Assim, neste caso, a relação estabelecida é classificada como de neutralidade, pois nessa ação, estritamente técnica não é possível visualizar que esteja explícito por parte do ator a construção de uma lógica de relações mercantis baseada nos princípios da Economia Solidária. Porém, ainda que não seja uma ação voltada diretamente para a construção dos empreendimentos, o fato de a Universidade se colocar como responsável pela manutenção da incubadora e a incluí-la no Instituto Humanitas Unisinos mostra-se como um ator disposto à construção de relações mercantis baseadas nos princípios da Economia Solidária, portanto estabelecendo uma relação de proximidade com a incubadora e com os empreendimentos incubados.

Conclui-se, portanto, que para a construção de empreendimentos econômicos solidários as ações realizadas se dão, na sua maioria, com atores que estabelecem relação de proximidade com a incubadora e os empreendimentos incubados. Fato que pode ser explicado justamente por a Economia Solidária como um todo ainda estar sendo construída buscando sua efetivação e consolidação quanto uma alternativa econômica, necessitando, portanto, ainda de um fortalecimento tanto interno quanto perante a sociedade.

Por fim, ressalta-se que as relações estabelecidas entre a incubadora e os atores presentes na rede também são realizadas com os empreendimentos econômicos solidários não estando eles de forma passiva neste processo. Assim, na construção das ações é possível verificar a presença dos EES. Portanto, coloca-se como necessário em pesquisas futuras analisar mais atentamente como se dá a construção das ações entre a incubadora e os empreendimentos incubados.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o diabo: mercados e interação humanas nas ciências sociais. **Revista Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 35-64, nov. 2004.
- ABRAMOVAY, Ricardo et al. Apresentação à edição brasileira. In: STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006, p. IX-XII.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.
- ARNHOLD, Alcido et al. **Tecnologias sociais para empreendimentos solidários – UNISINOS**. [20 ?] Disponível em: http://www.rts.org.br/artigos/artigos-2007/arquivos/revista_proposta_ts_empreendimentos_solidarios_unisinos.pdf. Acesso em: 25 mai. 2011.
- BALDI, Mariana. **A imersão social da ação econômica dos atores do setor coureiro-calçadista do Vale do Sinos**: uma análise a partir dos mecanismos estrutural, cultural, cognitivo e político. 2004. 305 f. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração, Porto Alegre, 2004.
- CARVALHEIRO, Elizângela Mara. **A construção social de mercados para os produto da agroindústria familiar**. 2010. 215 f. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CRUZ, Antonio. É caminhando que se faz o caminho – diferentes metodologias das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. **Cayapa: Revista Venezuelana de Economia Social**, año 4, n. 8, p. 38-57, dic. 2004.
- DURKHEIM, Émile. Sociologia e ciências sociais. In: **A ciência social e a ação**. São Paulo: Difel, 1975, p. 125-142.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Acesso em: 13 mai. 2012.
- GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimento econômico solidário. In: CATTANI, Antonio David (ORG.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2003, p. 134-139.
- GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. In: MARTES, Ana Cristina Braga (ORG.). **Redes e sociologia econômica**. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

GRANOVETTER, Mark. **Getting a job**. Chicago: UP, 2005.

GUERRA, Ana Carolina. **Gestão de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: uma análise comparativa**. 2008. 106 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2008.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008.

HUNT, F. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Informativo Tecnosociais. Edição n.1- n. 17. Também disponível em meio eletrônico.

ITCP/COPPE/UFRJ. **Ossos do ofício**. Rio de Janeiro, 1998.

JOSEMIN, Gilberto Clóvis. **A construção social do mercado de software e suas práticas estratégicas**. 2011. 277 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Porto Alegre, 2011.

LEITE, Marcia de Paula. O trabalho e suas configurações: conceitos e realidade. In: CARNEIRO, Angela Maria; LEITE, Marcia de Paula (ORGS.). **O trabalho reconfigurado: ensaios sobre o Brasil e México**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 67-94.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MARX, Karl. **Karl Marx: sociologia**. São Paulo: Ática, 1980.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: EDIPRO, 1998.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008. V. 1.

MINAYO, Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

PAEZ, Luis. **Economia Solidária: uma alternativa ao neoliberalismo**. Santa Maria: SESMA, 2001.

PAULI, Jandir. **O poder nas redes de economia solidária**. 2005. 180 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre, 2005.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, p. 127-142, fev. 2005.

SILVA, Marcelo Kunrath; OLIVEIRA, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de Economia Solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias**, ano 13, n. 28, p. 86-124, set./dez. 2011.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Maria Carolina et al. Incubadora Tecnológica de Cooperativas – ITCP X Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT: diferenças e semelhanças no processo de produção. **Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología, Sociedad e Innovación**, n. 6, mai./ago. 2003. Disponível em: <http://www.oei.es/revistactsi/numero6/articulo01.htm>. Acesso em: 25 abr. 2011.

SOUZA, Queila; QUANDT, Carlos. Metodologia de análise de redes sociais. In: DUARTE, Fábio; QUANDT, Carlos; SOUZA, Q. (orgs.). **O tempo das redes**. São Paulo: Perspectiva, 2008, p. 31-63.

STEINER, Philippe. **A sociologia econômica**. São Paulo: Atlas, 2006.

SWEDBERG, Richard. Sociologia econômica: hoje e amanhã. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 7-34, nov. 2004.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a idéia de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

Tecnosociais. Acesso em: 10 mar. 2012, 9 jun. 2012.

WEBER, Max. **Textos selecionados**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das conveções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. **Ensaio FEE**, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

ZUKIN, Sharon; DIMAGGIO, Paul. **Structures of capital: the social organization of the economy**. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1990.

APÊNDICE A - Entidades integrantes do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)

- Cáritas Brasileira
- Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE)
- Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase)
- Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (Pacs)
- Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (Anteag)
- Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (Unitrabalho)
- Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB)
- Instituto Maristas de Solidariedade (IMS)
- Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Rede ITCP)
- Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)
- Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária (RBSES)
- Associação Brasileira dos Dirigentes de Entidades Gestoras e Operadoras de Microcrédito, Crédito Popular Solidário e Entidades Similares (Abicred)
- Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (Rede de Gestores)
- União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil (Unisol Brasil)
- Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário (Ecosol)
- União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes)

APÊNDICE B - Lista de Universidades com Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas
Populares

Região Norte

Universidade Federal da Amazônia
Universidade Federal Rural da Amazônia
Universidade Federal do Pará
Universidade Federal do Tocantins
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Universidade Federal do Acre
Universidade Federal de Rondônia
Universidade Federal de Roraima

Região Nordeste

Universidade Estadual de Feira de Santana
Universidade Estadual de Santa Cruz
Universidade Estadual da Bahia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Universidade Federal de Alagoas
Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
Universidade Federal do Ceará
Universidade Estadual Vale do Acaraú
Universidade Federal de Campina Grande
Universidade Federal da Paraíba
Universidade Federal do Piauí
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Universidade Federal Rural do Semiárido
Universidade Federal de Sergipe

Região Centro-Oeste

Universidade de Brasília
Universidade Federal de Goiás

Universidade do Estado do Mato Grosso

Universidade Federal da Grande Dourados

Universidade Estadual do Estado do Mato Grosso do Sul

Região Sudeste

Universidade Federal Fluminense

Universidade Federal de Uberlândia

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Universidade Federal de São Paulo

Universidade Metodista de Piracicaba

Universidade Católica de Santos

Região Sul

Universidade Estadual de Maringá

Universidade Estadual de Londrina

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Universidade Comunitária Regional de Chapecó

Universidade do Estado de Santa Catarina

Universidade Federal de Blumenau

Universidade Federal de Santa Maria

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Universidade Federal de Rio Grande

Universidade do Vale do Rio do Sinos

Universidade Católica de Pelotas

Centro Universitário La Salle

APÊNDICE C - Empreendimentos econômicos solidários incubados pela Tecnosociais

Cooperativa de Produção Cristo Rei Ltda (Cooperei)
Associação Leopoldense de Artesanato (ALA)
Cooperativa Habitacional Bom Fim Ltda (Cooper Bom Fim)
Cooperativa Habitacional dos Moradores da Vila Progresso Ltda (Cooperprogresso)
Cooperativa Habitacional Ltda (Coohap)
Nova Geração – Grupo de Serigrafia - ONG Guadalupe
Grupo de Produção e Cobertura de Eventos (Gespa) – ONG Trilha Cidadã
Costura Solidária - Grupo de Mulheres das Habitacionais
Grupo de Artesanato e Padaria Comunitária das Habitacionais - V.Bomfim
Grupo Rali de Comunicação - São Leopoldo
Arte Mulher - Vila Asa Branca - Porto Alegre
Cooper Arroio - Vila União - São Leopoldo
Cooperativa de Trabalhadores do Estado Rio Grande do Sul- Cootraergs
Grupo de Reciclagem das Habitacionais - Vila Progresso - São Leopoldo
Cooperativa dos Catadores e Recicladores do Município de São Leopoldo (Uniciclar)